



EM Nº 126/2025

Florianópolis, 11 de agosto de 2025

Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de Decreto, que introduz as Alterações 4.928 e 4.929 no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001.

As alterações regulamentam o disposto na [Lei nº 19.389, de 25 de julho de 2025](#), que prorrogou a vigência de alguns benefícios fiscais de crédito presumido do ICMS.

A Alteração 4.928 modifica o art. 15 do Anexo 2, regulamentando as alterações promovidas pelos arts. 1º, 2º e 3º da mencionada Lei, de forma a prorrogar para 31 de dezembro de 2028 os benefícios fiscais de crédito presumido concedidos:

- 1) Nas saídas de mistura para preparação de pães (§ 46 do art. 15), regulamentando a alteração do [art. 21 da Lei nº 17.877, de 27 de dezembro de 2019](#), promovida pelo art. 1º da Lei nº 19.389, de 2025;
- 2) Aos estabelecimentos fabricantes de produtos derivados da mandioca (inciso XLVIII do *caput* do art. 15), regulamentando a alteração do [art. 4º da Lei nº 19.052, de 29 de agosto de 2024](#), promovida pelo art. 2º da Lei nº 19.389, de 2025; e
- 3) Aos estabelecimentos fabricantes de móveis (inciso XLIX do *caput* do art. 15), regulamentando a alteração do [art. 7º da Lei nº 19.052, de 2024](#), promovida pelo art. 3º da Lei nº 19.389, de 2025.

Ademais, para refletir a atual redação do art. 21 da Lei nº 17.877, de 2019, é feito um pequeno ajuste na redação do § 46 do art. 15 do Anexo 2, incluindo a referência aos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) nos quais a mistura para pães está classificada (1901.20.10, 1901.20.20 e 1901.20.90), em substituição à referência contida na atual redação do dispositivo, que utiliza o código da antiga Nomenclatura Brasileira de Mercadorias baseada no Sistema Harmonizado (NBM/SH).

Excelentíssimo Senhor
JORGINHO MELLO
Governador do Estado
Florianópolis - SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Por fim, a Alteração 4.929 modifica o inciso XX do *caput* do art. 21 do Anexo 2, prorrogando para 31 de dezembro de 2028 o benefício de crédito presumido concedido aos estabelecimentos fabricantes de torres para linhas de transmissão de energia e estruturas metálicas para subestações, de forma a regulamentar a alteração do [art. 8º da Lei nº 19.052, de 2024](#), promovida pelo art. 4º da Lei nº 19.389, de 2025.

Nos termos do art. 2º da minuta, as Alterações produzem efeitos a contar de 1º de janeiro de 2025, data de produção de efeitos da Lei nº 19.389, de 2025, conforme seu art. 6º.

Do ponto de vista orçamentário, informamos que a presente minuta tão somente atualiza o Regulamento do ICMS em relação à nova redação dos dispositivos legais regulamentados, razão pela qual não se aplicam as disposições da [Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal) relativas à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

Respeitosamente,

Cleverson Siewert
Secretário de Estado da Fazenda
(assinado digitalmente)

ANEXO ÚNICO
COMPARATIVO DA LEGISLAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO

Redação Atual	Redação Proposta	Justificativa
Anexo 2 do RICMS/SC-01 – art. 15	Alteração 4.928	
<p>Art. 15. Fica concedido crédito presumido:</p> <p>.....</p> <p>XIII – ao fabricante estabelecido neste Estado, vedada a utilização de qualquer outro benefício fiscal previsto neste Regulamento, nas saídas de (Lei nº 10.297/96, art. 43):</p> <p>.....</p> <p>b) farinha de trigo, tributada pela alíquota de 12% (doze por cento), calculado sobre o valor do imposto devido pela operação própria, no percentual de 41,67% (quarenta e um inteiros e sessenta e sete centésimos por cento) nos demais casos.</p> <p>.....</p> <p>XLVIII – até 31 de dezembro de 2024, aos estabelecimentos fabricantes, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido nas seguintes operações, observado o disposto no § 56 deste artigo (art. 4º da Lei nº 19.052, de 2024):</p> <p>.....</p> <p>XLIX – até 31 de dezembro de 2024, aos estabelecimentos fabricantes de móveis enquadrados no código 3101-2/00 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), em montante equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da entrada, nas operações internas com as</p>	<p>Art. 15.</p> <p>.....</p> <p>XLVIII – até 31 de dezembro de 2028, aos estabelecimentos fabricantes, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido nas seguintes operações, observado o disposto no § 56 deste artigo (art. 4º da Lei nº 19.052, de 2024):</p> <p>.....</p> <p>XLIX – até 31 de dezembro de 2028, aos estabelecimentos fabricantes de móveis enquadrados no código 3101-2/00 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), em montante equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da entrada, nas operações internas com as seguintes mercadorias (art. 7º da Lei nº 19.052, de 2024):</p> <p>.....</p> <p>§ 46. O disposto na alínea “b” do inciso XIII do <i>caput</i> deste artigo, até 31 de dezembro de 2028, aplica-se também nas saídas de mistura para preparação de pães classificada nos códigos 1901.20.10, 1901.20.20 e 1901.20.90 da NCM, observadas as condições previstas no mencionado inciso (art. 21 da Lei nº 17.877, de 2019).</p>	<p>A Alteração 4.928 modifica o art. 15 do Anexo 2, regulamentando as alterações promovidas pelos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 19.389, de 25 de julho de 2025, de forma a prorrogar para 31 de dezembro de 2028 os benefícios fiscais de crédito presumido concedidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nas saídas de mistura para preparação de pães (§ 46 do art. 15), regulamentando a alteração do art. 21 da Lei nº 17.877, de 27 de dezembro de 2019, promovida pelo art. 1º da Lei nº 19.389, de 2025; - Aos estabelecimentos fabricantes de produtos derivados da mandioca (inciso XLVIII do <i>caput</i> do art. 15), regulamentando a alteração do art. 4º da Lei nº 19.052, de 29 de agosto de 2024, promovida pelo art. 2º da Lei nº 19.389, de 2025; - Aos estabelecimentos fabricantes de móveis (inciso XLIX do <i>caput</i> do art. 15), regulamentando a alteração do art. 7º da Lei nº 19.052, de 2024, promovida pelo art. 3º da Lei nº 19.389, de 2025.

<p>seguintes mercadorias (art. 7º da Lei nº 19.052, de 2024):</p> <p>.....</p> <p>§ 46. O disposto na alínea “b” do inciso XIII do <i>caput</i> deste artigo, até 31 de dezembro de 2024, aplica-se também nas saídas de mistura para preparação de pães classificada no código 1901.20.9900 da NBM/SH, observadas as condições previstas no mencionado inciso (art. 21 da Lei nº 17.877, de 2019).</p> <p>.....</p>	<p>.....</p>	<p>Ademais, para refletir a atual redação do art. 21 da Lei nº 17.877, de 2019, é feito um pequeno ajuste na redação do § 46 do art. 15 do Anexo 2, incluindo a referência aos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) nos quais a mistura para pães está classificada (1901.20.10, 1901.20.20 e 1901.20.90), em substituição à referência contida na atual redação do dispositivo, que utiliza o código da antiga Nomenclatura Brasileira de Mercadorias baseada no Sistema Harmonizado (NBM/SH).</p>
<p>Lei nº 17.877, de 2019 - art. 21</p>		
<p>Art. 21. Fica concedido, até 31 de dezembro de 2028, crédito presumido do ICMS aos estabelecimentos fabricantes estabelecidos neste Estado, nas saídas de farinha de trigo e mistura para a preparação de pães classificada nos códigos 1901.20.10, 1901.20.20 e 1901.20.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), tributadas pela alíquota de 12% (doze por cento), calculado sobre o valor do imposto devido pela operação própria, no percentual de 41,67% (quarenta e um inteiros e sessenta e sete centésimos por cento), vedada a utilização de qualquer outro benefício fiscal previsto em Lei.</p>		
<p>Lei nº 19.052, de 2024 - arts. 4º e 7º</p>		
<p>Art. 4º Fica concedido, até 31 de dezembro de 2028, crédito presumido do ICMS aos estabelecimentos fabricantes, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido, nas seguintes operações e observados os limites e as condições estabelecidos na regulamentação desta Lei:</p> <p>.....</p>		

<p>Art. 7º Fica concedido, até 31 de dezembro de 2028, crédito presumido do ICMS aos estabelecimentos fabricantes de móveis enquadrados no código 3101-2/00 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), em montante equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da entrada, nas operações internas com as seguintes mercadorias, observados os limites e as condições estabelecidos na regulamentação desta Lei:</p> <p>.....</p>		
Redação Atual	Redação Proposta	Justificativa
Anexo 2 do RICMS/SC-01 – art. 21	Alteração 4.929	
<p>Art. 21. Fica facultado o aproveitamento de crédito presumido em substituição aos créditos efetivos do imposto, observado o disposto no art. 23:</p> <p>.....</p> <p>XX – até 31 de dezembro de 2024, em substituição aos créditos efetivos do imposto, aos estabelecimentos fabricantes de torres para linhas de transmissão de energia e estruturas metálicas para subestações, classificadas no código 7308.20.00 da NCM, no percentual de 75% (setenta e cinco por cento) do débito do imposto incidente sobre as saídas internas e interestaduais de tais mercadorias (art. 8º da Lei nº 19.052, de 2024).</p> <p>.....</p>	<p>Art. 21.</p> <p>.....</p> <p>XX – até 31 de dezembro de 2028, em substituição aos créditos efetivos do imposto, aos estabelecimentos fabricantes de torres para linhas de transmissão de energia e estruturas metálicas para subestações, classificadas no código 7308.20.00 da NCM, no percentual de 75% (setenta e cinco por cento) do débito do imposto incidente sobre as saídas internas e interestaduais de tais mercadorias (art. 8º da Lei nº 19.052, de 2024).</p> <p>.....</p>	<p>A Alteração 4.929 modifica o inciso XX do <i>caput</i> do art. 21 do Anexo 2, prorrogando para 31 de dezembro de 2028 o benefício de crédito presumido concedido aos estabelecimentos fabricantes de torres para linhas de transmissão de energia e estruturas metálicas para subestações, de forma a regulamentar a alteração do art. 8º da Lei nº 19.052, de 2024, promovida pelo art. 4º da Lei nº 19.389, de 2025.</p>
Lei nº 19.052, de 2024 - art. 8º		
<p>Art. 8º Fica concedido, até 31 de dezembro de 2028, crédito presumido do ICMS, em substituição aos créditos efetivos do imposto, aos estabelecimentos fabricantes de torres para linhas de transmissão de energia e estruturas metálicas para subestações,</p>		

<p>classificadas no código 7308.20.00 da NCM, no percentual de 75% (setenta e cinco por cento) do débito do imposto incidente sobre as saídas internas e interestaduais de tais mercadorias, observados os limites e as condições estabelecidos na regulamentação desta Lei.</p>		
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--